

Análise descritiva sobre os papéis sociais e suas consequências para a cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória

Descriptive analysis of social roles and their consequences for cisheteronormativity and compulsory heterosexuality

Maria Eduarda Sousa Mendes Rodrigues¹, Maria Heloisa dos Santos de Almeida², Luana de Mendonça Fernandes³

Como citar esse artigo. RODRIGUES, M. E. S. ALMEIDA, M. H. S. FERNANDES, L. M. Análise descritiva sobre os papéis sociais e suas consequências para a cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. -277-291, set./dez. 2025.

Resumo

O desenvolvimento humano é um processo biopsicossocial que ocorre ao longo da vida, sempre inserido em um contexto sócio-histórico. Nesse sentido, os papéis sociais surgem como formas de orientar comportamentos e assegurar a conformidade às normas. Assim, a categorização binária de “homem” e “mulher” foi construída com o intuito de controlar indivíduos segundo o padrão cisheteronormativo. Diante disso, esta pesquisa busca analisar como esses papéis influenciam escolhas e comportamentos, especialmente entre pessoas queer, a fim de compreender de que modo as normas cisgêneras moldam identidades e processos de socialização, com foco na comunidade LGBTQIAPN+. Para tanto, adotou-se uma revisão de literatura exploratória, de caráter não sistemático, realizada nas bases SciELO e PePSIC.

Palavras-chave: Heterossexualidade Compulsória; Categorias Sexuais; Papéis Sociais; “Cisheteronormatividade”; Sofrimento Psíquico.



Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Human development is a biopsychosocial process that occurs throughout life, always within a socio-historical context. In this sense, social roles emerge as ways to guide behavior and ensure conformity to established norms. Thus, the binary categorization of “man” and “woman” was constructed with the intention of controlling individuals according to the cisheteronormative standard. Therefore, this research aims to analyze how these social roles influence choices and behaviors, especially among queer people, in order to understand how cisgender norms shape identities and socialization processes, with a focus on the LGBTQIAPN+ community. To this end, an exploratory, non-systematic literature review was conducted using the SciELO and PePSIC databases.

Keywords: Compulsory Heterosexuality; Sexual Categories; Social Roles; “Cisheteronormativity”; Psychological Suffering.

Afiliação dos autores:

¹Graduada em Psicologia, pela Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

²Graduada em Psicologia, pela Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

³Doutora em Psicologia Social. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail de correspondência: psidudamendes@outlook.com

Recebido em: 15/04/2025. Aceito em: 18/11/2025.

Introdução

O desenvolvimento humano é um processo biopsicossocial que se inicia no nascimento e se estende ao longo da vida, ocorrendo sempre dentro de um contexto sócio-histórico. Segundo Christofolletti (2021) as condições históricas e as relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos influenciam profundamente o processo de socialização, bem como a construção de suas individualidades e subjetividades. Dessa forma, a sociedade molda os comportamentos e os papéis sociais que os indivíduos desempenham ao longo de suas vidas.

Os papéis sociais foram instituídos com a finalidade de orientar os indivíduos, padronizando comportamentos e assegurando conformidade às normas estabelecidas. A categorização binária de "homem" e "mulher" foi criada com o intuito de controlar e direcionar os indivíduos de acordo com o padrão cisheteronormativo (Butler, 2003; Wittig, 2022).

Entende-se a cisheteronormatividade como um movimento político, capitalista e hegemônico que exige um padrão de performatividade, sendo esse heterossexual e cisgênero. Nesse contexto, o termo capitalista refere-se a um sistema em que as relações sociais e econômicas são organizadas em torno da propriedade privada e da busca pelo lucro, enquanto hegemonia indica a imposição de valores e normas de um grupo dominante sobre a sociedade, tornando-os socialmente aceitos como "normais" ou desejáveis (Santos, 2024).

A performatividade, por sua vez, descreve a forma como os indivíduos reproduzem comportamentos, gestos e expressões de gênero que correspondem às expectativas sociais, consolidando os papéis de gênero estabelecidos. A heterossexualidade representa a orientação sexual em que a atração se dirige a pessoas de gênero oposto, e o conceito de cisgênero designa indivíduos cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo atribuído ao nascimento (Butler, 2003). Assim, a diversidade de gênero desafia essa estrutura normativa, evidenciando que os papéis sociais não foram concebidos para promover o bem-estar coletivo, mas para sustentar interesses políticos e econômicos específicos dentro de hierarquias de poder.

Apesar dos consideráveis avanços das últimas décadas, a história das relações de gênero ainda está em construção. Conforme Roiz (2011), mesmo com o avanço dos estudos notavelmente em um curto período, a consolidação desse campo de conhecimento ainda é recente. Discutir esse assunto envolve enfatizar o caráter social e histórico das concepções sobre as diferenças sexuais, as quais estão profundamente enraizadas em uma tradição masculina milenar. A dissolução completa dessa estrutura ainda não se apresenta como um horizonte visível no curto prazo.

De acordo com Butler (2003) homens e mulheres que não se encaixam no padrão cisgênero frequentemente são descartados, negligenciados ou sujeitos a essa política de controle anulando o próprio desejo. Segundo a autora, quando o indivíduo é forçado a se conformar às exigências sociais e econômicas de inserção, ele se torna vulnerável a práticas de coerção. A imposição cisheteronormativa exigida pelo sistema neoliberal alimenta práticas de conformidade compulsória, que reafirmam a indispensabilidade da conduta cisgênero, tratando qualquer desvio como inadequado e, portanto, passível de punição.

Butler (2003) destaca que um desses mecanismos repressores é a heterossexualidade compulsória que pode ser definida como um sistema normativo que impõe a heterossexualidade como a única forma legítima de sexualidade, estruturando identidades de gênero e relações sociais dentro dessa norma. Segundo a autora, esse conceito é entendido como um processo performativo que exige conformidade com papéis de gênero fixos, nos quais as pessoas são forçadas a expressar sua sexualidade de acordo com as expectativas de atratividade entre os sexos opostos. Tal imposição cria um sistema punitivo que marginaliza, subordina e exclui outras formas de sexualidade e expressões de gênero.

Desta forma, o presente trabalho destaca a relevância e seus vieses multifacetados, pois aborda questões fundamentais sobre a construção social dos papéis de gênero e suas implicações para indivíduos *queer*. A investigação propõe um olhar crítico sobre como estas funções sociais influenciam as escolhas e comportamentos, muitas vezes levando à conformidade com normas cisheteronormativas. O estudo ao

explorar a relação entre os papéis sociais de gênero e a heterossexualidade compulsória pode identificar como as pressões sociais e culturais impactam negativamente a vida da população LGBTQIAPN+ (Lésbicas (mulheres que se atraem por mulheres), Gays (homens que se atraem por outros homens), Bissexuais (atração por mais de um gênero), Transexuais (identidade de gênero diferente da atribuída ao nascer), Queer (termo guarda-chuva para quem não se encaixa nas normas), Intersexo (características biológicas que fogem ao binarismo), Assexuais (pouca ou nenhuma atração sexual), Pansexuais (atração por qualquer gênero), e Não-binários (identidades fora do binário homem/mulher). O + inclui outras identidades não mencionadas), como, por exemplo, o adoecimento mental e emocional, a criação de políticas públicas e relações sociais de exclusão e discriminação desses grupos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o desenvolvimento dos papéis sociais de gênero dentro de um contexto sócio-histórico, compreendendo como as normas cisgêneras influenciam a formação das identidades e a socialização dos indivíduos. Busca-se entender como essas normas estruturam comportamentos, desejo, corpos e práticas sociais e, ao mesmo tempo, como a diversidade de gênero desafia essa estrutura e contribui para a reflexão sobre os limites e as possibilidades de transformação das concepções tradicionais de gênero.

O presente estudo tem como objetivos específicos investigar por meio de uma revisão de literatura não sistemática a influência do contexto sócio-histórico na construção dos papéis de gênero, analisando como as normas sociais moldam os comportamentos dos indivíduos, especialmente no que diz respeito às categorias de "homem" e "mulher" na comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, explorar como a diversidade de gênero desafia a estrutura binária tradicional e como os indivíduos fora desse padrão cisgênero são marginalizados ou sujeitos a políticas de controle. Bem como, pretende-se examinar os avanços recentes nos estudos de gênero e a resistência histórica a mudanças nas concepções de identidade, além de analisar a relação entre o sistema neoliberal e as imposições cisheteronormativas, que perpetuam a coerção e reforçam os modelos cisgêneros.

A metodologia adotada foi uma revisão de literatura exploratória não sistemática que utilizou como descritores de busca as palavras-chave como "Heterossexualidade Compulsória", "Categorias Sexuais", "Papéis Sociais", "Cisheteronormatividade" e "Sofrimento Psíquico". Esta abordagem foi estruturada após uma análise dos textos clássicos sobre o tema como "*Problemas de Gênero*" de Judith Butler, "*Pensamento Hétero*" de Monique Wittig, "*História da Sexualidade*" volumes 1 e 3 de Michel Foucault, "*O Segundo Sexo*" de Simone de Beauvoir, além de textos de "*Psicologia Social Contemporânea*" e "*Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*", tais obras embasaram os critérios de busca dos artigos possibilitando uma compreensão abrangente das interseções entre os conceitos de gênero, sexualidade e as implicações psíquicas decorrentes das normas sociais vigentes.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO e PePSIC, revelando a dificuldade em encontrar artigos recentes e específicos sobre a temática nesses espaços. Com isso, o levantamento de dados identificou 67 artigos que conversavam com a temática e usando os descritores em conjunto como critério de inclusão e exclusão os dados refinados destacou 25 artigos, pois estes eram mais pertinentes ao estudo proposto.

Dessa maneira, o trabalho contribuirá com futuros estudos para a construção de estratégias de resistência e promoção da saúde mental, buscando desconstruir papéis sociais prejudiciais e criar dinâmicas mais inclusivas. Tais dados podem auxiliar na criação de políticas públicas e práticas sociais que respeitem a diversidade, promova a equidade e uma maior compreensão sobre a complexidade das identidades de gênero e orientação sexual, incentivando a empatia e o respeito às diferenças.

Este artigo está estruturado, inicialmente, na análise do "Outro" como instância constitutiva do sujeito, destacando como os papéis sociais influenciam a socialização e a formação da identidade por meio da linguagem. Em seguida, explora as construções de sexo, gênero e sexualidade, evidenciando como essas categorias sustentam um sistema binário e hierárquico. Em seguida, as análises buscam entender a relação entre indivíduos e sistemas sociais, revelando como a cisheterossexualidade compulsória naturaliza o sexo, reforçando as estruturas de poder. Diante disso, propõe-se a desconstrução dessas normas de gênero e

sexualidade como uma reflexão e possibilidade para a transformação social e pessoal, oferecendo uma saída para a cisheterossexualidade compulsória.

O “Outro” como Instância de Determinação do Sujeito

Segundo Lacan em *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1988), o grande Outro se articula como uma instância simbólica repleta de significantes que estão representados na cultura, na linguagem e nas normas sociais. Esse é o local em que o sujeito aparece e se pressupõe que sua existência depende desse surgimento no campo do Outro, ou seja, é fundamental na formação da identidade do indivíduo. Para o autor, os pais, os professores, as relações sociais são mensageiros desse Outro que exerce um poder sobre o desejo das pessoas. A dinâmica de tais mensagens precede um emissor e um receptor e dependendo de como se entende e se emite tais linguagens podemos expandir ou oprimir desejos.

Ferreira-Lemos (2018) articula a posição do Outro com o conceito de “histeria coletiva” que ela desenvolve, ao entender que, em momentos de crise e violência, a histeria pode deixar de ser um fenômeno individual e provocar um contágio social. Nessa articulação, é possível compreender a posição do Outro como uma figura provocadora na massa, que se amplifica, podendo se tornar tanto um objeto de desejo quanto uma figura de repressão. A autora corrobora com Lacan ao afirmar que o discurso e a linguagem não precisam necessariamente se expressar em palavras para se manifestar em algumas relações fundamentais.

É através da internalização dessas relações fundamentais que os papéis sociais moldam a subjetividade do sujeito, ao se relacionar com as expectativas e valores que os definem. Esses papéis são construídos a partir das determinações desse grande Outro. Ferreira-Lemos (2011) discute que é na infância que o sujeito se constitui, ao transformar o confronto com o semelhante (o Outro) na imagem que se fixa como ideal. Ao renunciar a si mesmo, o sujeito se vincula paradoxalmente ao discurso constituidor. Nesse processo, os papéis sociais se estabelecem no movimento de apropriar-se do discurso e do desejo do Outro, ou seja, o sujeito se torna um efeito da relação com o ambiente (Lacan, 1988). Começamos tal relação por meio do brincar e pela assimilação de signos, símbolos e objetos carregados de significados determinados por um tempo sócio-histórico.

Christofolletti (2021) discute o brincar como uma ferramenta fundamental, mas imersa na propagação dos papéis sociais, culturais e de gênero. Essa atividade implica a ação de se colocar em lugares que lhe são determinados, reforçando a rigidez binária. Um exemplo disso é uma menina que, ao receber constantemente bonecas como presentes, acaba por se tornar uma cuidadora. Para a autora, os papéis sociais podem ser vistos como a “vestimenta” das expectativas sociais, que, após repetidas interações, se tornam fixos. É por meio das interações sociais, assim como do contexto histórico e cultural, que o indivíduo se torna, de forma descompromissada, o outro, até que consiga constituir sua própria individualidade e subjetividade.

Numa relação paradoxal, Dias, Chaves e Neto (2017) argumentam que a interação com o Outro é essencial para a expressão do desejo e o reconhecimento do sujeito, mas essa dinâmica pode ser influenciada por mecanismos de controle social, como a vigilância, a normalização e a disciplina. A normalização estabelece condutas como padrões, enquanto a disciplina regula a vida cotidiana por meio de instituições como a escola e a família.

Esses mecanismos criam expectativas e normas que os indivíduos devem seguir. Assim, ao interagir, a criança não apenas expressa seu desejo, mas também é moldada por esses controles, que afetam sua subjetividade e identidade. Dessa forma, a relação entre o sujeito e o outro se torna um espaço de negociação, onde os papéis sociais são reforçados ou contestados, refletindo as estruturas de poder e controle na sociedade (Dias; Chaves; Neto, 2017).

Nesse sentido, a sociedade utiliza esses mecanismos como fatores fundamentais, incorporando-os

nas estruturas que organizam a vida social. Dentre esses mecanismos, destacam-se as normas e os padrões de comportamento que orientam a construção dos papéis sociais, os quais definem as características que moldam as referências de nossa identidade e as formas de interação nas práticas sociais. Esses fatores não apenas direcionam as subjetividades individuais, mas também desempenham um papel crucial na formação da identidade e na construção da sexualidade, muitas vezes a partir de uma pré-determinação social (Lane, 2006).

Autoras como Urpia (2020) e Oakley (2017) destacam a importância de nomear os sistemas opressores para compreender a desigualdade e a gravidade da estrutura vigente nas relações de gênero. Esse reconhecimento contribuiu para a abertura de mudanças significativas ao longo do tempo, promovendo uma maior integração do tema da sexualidade nos estudos da Psicologia e em outras áreas do conhecimento. A evolução desse campo de estudos reflete um esforço contínuo para desconstruir estereótipos e ampliar a compreensão das complexidades que envolvem a identidade de gênero e a sexualidade.

Butler (2016), ao questionar a concepção de que a cisheterossexualidade é uma condição necessária para a formação psíquica, propõe uma reinterpretação das normas de gênero e sexualidade. Para ela, existe um modelo normativo de parentesco e desejo, vinculado à cultura do grande Outro, que restringe a subjetividade ao tratar a heterossexualidade como uma categoria universal e determinante. Essa visão, que ressoa nas teorias psicanalíticas tradicionais e em diversas outras ciências, liga o desenvolvimento do sujeito a uma linguagem cisheteropatriarcal, sustentada por um sistema capitalista que impõe normas rígidas sobre identidade e relação sexual. Butler (2016), portanto, desafia essa estrutura e propõe um pensamento mais plural e inclusivo, que desconsidere a heterossexualidade compulsória como um pressuposto central para a constituição do sujeito através da cultura.

Ao desafiar essa concepção, Butler (2016) sugere que a psicanálise deve se libertar da ideia de uma cultura hegemônica e hierárquica, onde a heterossexualidade é uma força reguladora. A psicanálise, então, deve reconhecer a multiplicidade de formas de desejo e subjetividade que não se encaixam nas normas tradicionais. Ao questionar o complexo de Édipo como um modelo universal para o desenvolvimento, ela propõe que a psicanálise se abra a novas formas de experiência, permitindo que a subjetividade se manifeste de maneira mais fluida e inclusiva. A partir desse entendimento, o grande Outro cultural deixa de ser um agente de conformidade e passa a ser visto como um espaço de transformação, onde a diversidade sexual e de identidade pode ser reconhecida e validada, desafiando a imposição da heterossexualidade compulsória e suas limitações para o sujeito e a cultura (Santos, 2024).

Lane (2006) defende que o gênero se fundamenta em dinâmicas sociais e educativas, configurando-se como uma construção social que varia conforme os contextos históricos e culturais. Para ela, as normas cisheteropatriarcais de gênero são impostas por meio dessas dinâmicas, sendo tanto internalizadas quanto externalizadas ao longo da vida. Em relação à sexualidade, Lane busca desnaturalizar as hierarquias de gênero resultantes das relações de poder hegemônicas, questionando as estruturas que perpetuam a desigualdade e propondo uma reflexão crítica sobre as normas estabelecidas.

Urpia (2020) argumenta que não existe um consenso claro sobre a essência do feminino e do masculino, revelando uma falha crítica nas abordagens tradicionais sobre gênero. O conceito de gênero é apresentado como uma construção social que se relaciona com a dicotomia entre os sexos, incluindo a divisão entre corpos "femininos" e "masculinos". Embora essa perspectiva tenha dominado o discurso feminista, é fundamental reconhecer que ela pode ser reducionista e não captar a complexidade das identidades de gênero contemporâneas. Teóricas atuais desafiam essa visão binária, propondo uma compreensão mais fluida e multifacetada, que reflete a diversidade das experiências humanas. Essa crítica à rigidez das definições tradicionais é essencial para dismantelar as estruturas que perpetuam desigualdades de gênero, destacando a necessidade de um olhar mais inclusivo e dinâmico sobre a subjetividade de gênero (Wittig, 2020).

Segundo as autoras, todos os aspectos relacionados ao comportamento, especialmente os papéis sociais, emergem de fatores sociais que foram construídos e pensados para beneficiar uma determinada

classe. Elas criticam as estruturas que reforçam os papéis sociais de gênero, investigando as dinâmicas de poder que sustentam essas normas. Essa análise enfatiza a contradição da ideia de que os papéis de gênero são pré-determinados ou naturais, pois, na realidade, eles são moldados e aprimorados pelo contexto individual de cada sujeito. Essa perspectiva convida à reflexão sobre como a subjetividade é influenciada pelas estruturas sociais e pela experiência pessoal, destacando a complexidade da identidade de gênero.

Segundo Ferreira (2023), a imposição de papéis sociais que restringem pessoas queer contribuindo para a formação de elementos e arranjos que sustentam o modelo social vigente. Essas relações de poder, acompanhadas de um conjunto de normas, estabelecem um controle nos âmbitos econômico e social, manifestando-se na exigência de desempenhos específicos e na criação de fenômenos de exclusão em diversos contextos, além da discriminação. Tais mecanismos estão, em grande parte, atrelados a ideologias que promovem um modo de vida universal, fundamentado em valores socioculturais, políticos e religiosos. A heterossexualidade compulsória, por exemplo, ilustra essa sistemática, condicionando grupos minoritários a práticas que limitam sua liberdade e os forçam a conformar-se a comportamentos impostos socialmente, na busca por inclusão no sistema.

Butler (2003) descreve a heterossexualidade compulsória como uma conduta opressiva que consiste na negação do próprio desejo em prol do encaixe social. Diante do sistema capitalista, o indivíduo sente a necessidade de pertencimento social e econômico, tornando-se, assim, sujeito à coerção política de gênero imposta pelos papéis sociais. Essa perspectiva parte da premissa de que qualquer pessoa nascida dentro do sistema patriarcal será obrigada a exercer a normatividade, com uma correspondência total entre sexo, gênero e desejo. Isso estabelece uma obrigatoriedade coercitiva, direcionando qualquer ato fora desse contexto para a punição social, seja por meio de agressão ou exclusão.

O processo de Socialização dos Indivíduos e as Influências dos Papéis Sociais

Desde o nascimento, o sujeito é inserido em uma série de costumes e crenças transmitidas pelas gerações anteriores (Bonin, 2001). Esses mecanismos sociais fazem parte de um conjunto de práticas que estão profundamente vinculadas às suas pertencas, incluindo interesses comuns, características genéticas, identificações e modos de vida. Nesse contexto, o modelo social vigente atua como um espelho das ações e pensamentos, moldando a subjetividade do sujeito à medida que perpetua normas e valores. Em outras palavras, o ambiente social no qual o sujeito é imerso condiciona suas ações, influenciando profundamente suas decisões e sua maneira de pensar (Wittig, 2022).

O processo de socialização é influenciado pelo padrão cisheteronormativo e patriarcal, por meio dos valores e expectativas são transmitidos com o objetivo de manter a estabilidade e a continuidade desse sistema. Foucault (1976) argumenta que tal sistema se estrutura em torno de papéis sociais que determinam a posição dos indivíduos, tanto no plano social quanto interpessoal, e também no exercício do poder e da autoridade. A educação dentro desse modelo pode distorcer o entendimento da expressão sexual e de gênero, restringindo, assim, a construção da auto identidade.

Portanto, a formação do sujeito será marcada pelo contexto social específico em que está inserido, o qual geralmente se inicia na "família nuclear" – composta por um pai, uma mãe e seus filhos –, um modelo profundamente moldado por valores coloniais e cisheteronormativos que impõem rígidas hierarquias de poder e papéis sociais binários. Nesse arranjo, o homem ocupa a posição de autoridade, enquanto a mulher assume a responsabilidade pela manutenção do lar e pelos cuidados com os filhos. Já as crianças são educadas para seguir essas normas e perpetuar essa estrutura nas gerações futuras. Assim, as formas de organização familiar, sustentadas pela cisgeneridade e pela heterossexualidade, limitam a aceitação e o reconhecimento de diferentes arranjos familiares e de formas singulares de constituição da identidade e do desejo (Bonfim, 2024).

Além disso, essa estrutura hierárquica também resulta na divisão entre os espaços públicos e privados. O espaço público, relacionado a questões políticas e econômicas, é dominado por homens, enquanto o privado – que engloba o lar e as responsabilidades de cuidado – é associado às mulheres. Essa

separação não apenas reforça os estereótipos de gênero, mas também perpetua desigualdades sociais, restringindo o reconhecimento e a valorização de outras formas de organização familiar, além de cercear a diversidade de papéis que os indivíduos podem desempenhar dentro da sociedade (Baliscei; Mochi, 2022).

Na cultura cisheteropatriarcal, a figura do homem, associado ao falo como símbolo de poder, ocupa uma posição de supremacia, sendo visto como o único agente capaz de constituir o "Outro" (Couto; Lage, 2018). Essa dinâmica reflete uma estrutura psíquica e cultural profundamente enraizada no modelo de poder patriarcal, conforme analisado por Foucault (1976). Para o autor, a constituição do sujeito está intrinsecamente ligada ao exercício de poder, onde a norma e a hierarquia são internalizadas de forma a subordinar os indivíduos e moldar suas identidades de acordo com as expectativas estabelecidas.

Sombra (2022) argumenta sobre a relação intrínseca entre capitalismo, um sistema de opressão, e sistemas sociais, pois esses sistemas são moldados conforme o sistema econômico. Nesse processo, os sistemas sociais acabam restringindo grande parte da população que não se encaixa no cenário desejado pelo capitalismo, alterando a hierarquia estabelecida e montando sistemas de opressão. Assim, capitalismo e sistemas sociais se tornam um único mecanismo que permeia o âmbito social, cultural, político e econômico, promovendo sua lógica de consumo.

O capitalismo perpetua a desigualdade de gênero ao endossar os papéis sociais e práticas impostas, que se manifestam nos fenômenos de relação entre os indivíduos. Ele intensifica a prática individualista, gerando desgaste coletivo, alimenta o consumo e promove desigualdade social, seja qual for sua forma, além de gerar resistência a qualquer comportamento alternativo que rompa com as normas impostas. O capitalismo transformou profundamente os entendimentos sobre trabalho, relações interpessoais, materiais e familiares (Sombra, 2022).

No contexto da cisheterossexualidade, esse poder se traduz na imposição de uma ordem simbólica que coloca o homem como detentor da autoridade, enquanto a mulher e outros sujeitos que não se encaixam nesse modelo são relegados à posição de "outros", marginalizados e excluídos do reconhecimento pleno dentro dessa estrutura. Como Lopes (2022) afirma, a subordinação das mulheres e das identidades dissidentes está vinculada a esse processo de socialização que naturaliza a assimetria entre os corpos e legitima a hierarquia de gênero, gerando uma estrutura que, embora constitua os sujeitos, não permite que se expressem plenamente.

Com isso, observamos que a dinâmica que domina a formação da identidade e do desejo se constitui dentro de um paradoxo, que por um lado reconhece os limites dessa estrutura nos tornando responsáveis pela manutenção das normas, e, por outro, revela a possibilidade de subversão e questionamento dessa ordem. Ao internalizar essa hierarquia, através do discurso do Outro, o sujeito não apenas se submete a ela, como também a reproduz, criando uma relação complexa entre identidade, poder e subordinação que é, ao mesmo tempo, irreversível e aberta a transformações (Couto; Lage, 2018).

Wittig (2022) observou que os papéis sociais são definidos por normas que entendem a heterossexualidade como anterior a toda ciência. O homem, portanto, é privilegiado pela posse do falo, considerado símbolo de poder e soberania simbólica, enquanto a mulher ocupa uma posição secundária e subordinada no cenário social, econômico e político. Essa idealização do "status" masculino começa desde o momento do nascimento, quando o sucesso do homem é projetado na forma de uma vida plena de realizações, enquanto o destino da mulher é ligado à maternidade e ao casamento (Butler, 2003).

Segundo Garrido, Álvaro e Torres (2018), os papéis de gênero são construções sociais, baseadas na ideia equivocada de que existem atributos inatos e inevitáveis para cada sexo. Essas características são naturalizadas ao longo da história e se transformam em estereótipos que condicionam a forma como os indivíduos se comunicam, pensam e interagem com o mundo, influenciados pela sua filogenia, ancestralidade e contexto sociocultural.

Ademais, os fatores sociais e econômicos desempenham um papel crucial na forma como a comunidade queer é posicionada na sociedade. A categorização sexual reduz os indivíduos a duas

categorias rígidas – homem e mulher – impondo-lhes um conjunto de obrigações e limitações. Mesmo esses indivíduos representando muito mais do que essas categorias binárias, o sistema os resume a essas identidades, ignorando suas realidades plurais e multisemióticas. Para o sistema cisheteronormativo, o que importa é que o sujeito se encaixe no molde idealizado de homem ou mulher, sem que se leve em consideração o que transborda dessas categorias (Carvalho; Araújo, 2021).

Embora o entendimento biológico do sexo reduza os corpos a duas categorias, Carvalho e Araújo (2021) afirmam que o gênero transcende essas limitações biológicas, abrangendo esferas estruturais complexas, como o mercado de trabalho, a posição social, a linguagem e a cultura. O gênero, portanto, determina a distribuição de poder e hierarquias dentro da sociedade, o que torna problemático reduzir os papéis de gênero à biologia, uma vez que as diversidades culturais e sexuais têm sido historicamente negligenciadas em favor de um modelo reducionista e homogêneo.

Sexo, Gênero e Sexualidade

Para entender o conceito de cisheteronormatividade, vamos revisitar a discussão sobre a heterossexualidade compulsória e o pensamento hétero, conforme abordado por Monique Wittig. A autora em 2022 propôs que a sociedade é organizada em torno de uma base heterossexual, na qual os discursos e normas são direcionados à promoção da heterossexualidade como norma única e natural. Esse pensamento heteronormativo oprime todas as pessoas que não se encaixam nesse modelo, moldando a forma como interpretamos a cultura e a linguagem, de modo a marginalizar outras sexualidades.

Wittig (2022) afirma que, ao estabelecer os heterossexuais como padrão, a sociedade marginaliza a não-heterossexualidade, relegando-a um status de anormalidade, o que justifica a opressão das identidades dissidentes. Dessa forma, a cisheterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas uma estratégia de dominação política que padroniza corpos, desejos e relações, consolidando uma economia de poder que favorece a conformidade com a ordem capitalista.

Wittig (2022) complementa essa perspectiva ao descrever a heterossexualidade compulsória como um mecanismo que condiciona as mulheres ao casamento e a relações de submissão aos homens, partindo da premissa de que a heterossexualidade é a norma natural, enquanto a homossexualidade é vista como uma desviante. Assim, destacamos o imperativo da cisheterossexualidade e evidenciamos como somos constantemente pressionados a viver dentro de um sistema que deslegitima e criminaliza nossas experiências e histórias (Rich, 2012).

Essa expectativa social de que todos devem ser heterossexuais configura um modelo de relacionamentos afetivo-sexuais que permeia a cultura desde a infância. Embora as análises se concentram principalmente nas experiências da comunidade LGBTQIAPN+, observamos que essa opressão afeta toda a sociedade. Mesmo aqueles que se conformam, de alguma forma, com as normas cisheterossexuais, como homens e mulheres héteros e cisgêneros, que têm suas identidades atravessadas por pressões e sofrimentos derivados dessa imposição (Bonfim, 2024).

Soares e Muniz (2020) postularam que essas imposições expõem os indivíduos à vulnerabilidade, a enfrentamentos constantes e a riscos elevados. Esses enfrentamentos incluem a luta diária por reconhecimento e segurança, enquanto os riscos abrangem desde a exclusão social até a violência física e simbólica. Em particular, a comunidade LGBTQIAPN+ é alvo de violência e discriminação, vivenciando a exclusão, o medo, a humilhação e a hostilidade devido à sua posição à margem da norma estabelecida. Wittig (2022) destaca que essas consequências são exacerbadas por discursos e mecanismos relacionados à chamada “performance padronizada”, que exige que todos se conformem à identidade heterossexual. Nesse contexto, a comunidade LGBTQIAPN+ é constantemente forçada a se ajustar a essa categorização imposta.

Esses movimentos estruturais têm um impacto profundo no desenvolvimento subjetivo do indivíduo, podendo resultar em adoecimento emocional e psicológico para aqueles que não se conformam

ou encaixam a esse sistema. O processo de socialização, no qual as expectativas pessoais e sociais se entrelaçam, pode gerar incongruências, disforia de gênero e sofrimento psíquico, afetando diretamente a saúde mental e física, comprometendo a segurança da vida dessas pessoas. (Oliveira, 2019).

Butler (2003) vê os movimentos de gênero, antes vistos como subordinados, como um espaço para a voz e para o diálogo sobre o sofrimento psíquico causado pela reprodução de papéis sociais limitantes. Ela argumenta que esses papéis prejudicam o desenvolvimento individual, como contribuem para a desigualdade da sociedade como um todo. A desconstrução desses papéis rígidos é vista por Butler como uma chave para desmontar os interesses desiguais do sistema vigente, que por gerações manteve uma cultura de repressão e ódio.

Quando se aborda as questões de sexo, gênero e sexualidade, surgem dificuldades e confusões nas distinções entre esses conceitos. No entanto, é importante ressaltar que nenhum desses termos existe de forma independente da sociedade; todas as tentativas de conceituação e representação são construções sociais com objetivos variados (Rich, 2012).

Wittig (2022) argumenta que a categoria "sexo" foi criada com um viés político, visando categorizar os homens e as mulheres em posições determinadas. O homem foi classificado como dominante, e a mulher, como submissa, um papel que ela preenche na lógica de poder e privilégio. Esse pensamento estabeleceu que apenas as relações heterossexuais seriam naturais, enquanto outras formas de relacionamento seriam desvalorizadas ou vistas como desviantes.

Butler (2003) faz uma distinção crucial entre "sexo" e "gênero", apontando que, enquanto o sexo descreve características biológicas, o gênero é uma construção social mais fluida, que abrange corpos cujas identidades e interpretações vão além das classificações binárias de homem e mulher. Para a autora, o gênero é uma performance, algo que se repete e se sustenta ao longo do tempo, mas que não pode ser reduzido a uma identidade fixa ou essencial. Ele não é determinado pelo sexo biológico; é um campo mais complexo, que desafia a dicotomia rígida entre masculino e feminino e busca desconstruir a ideia de que esses dois polos são naturais e imutáveis.

A sexualidade, por sua vez, segundo Ortegosa Aggio (2020), está profundamente conectada ao afeto, ao desejo, ao corpo e as formas de ser e existir individuais. A sexualidade deve ser vista como uma atividade aberta e livre, um campo em que os sujeitos possam se expressar sem as limitações das normas sociais que frequentemente cerceiam sua liberdade. Para vivenciar plenamente a sexualidade, o indivíduo precisa estar livre das castrações impostas pela sociedade, que tentam reduzir o desejo e a expressão sexual a comportamentos prescritos e normatizados. A liberdade sexual é, portanto, uma condição essencial para a plena realização humana e para a desconstrução das normas opressivas que limitam a autenticidade do desejo e da identidade.

O desenvolvimento contemporâneo do conceito de "gênero" muitas vezes acaba obscurecendo ou disfarçando as relações de opressão que existem entre os diferentes grupos sociais. Embora o termo não se limite nas interações e relações entre homens e mulheres, ele tende a deixar de lado questões fundamentais, como a ideia de "classes sexuais". Essa omissão diminui a compreensão das desigualdades e das divisões de poder que existem dentro dessas relações. Como resultado, o conceito de gênero, ao ser isolado de uma análise das classes sexuais, como categorias construídas politicamente e suas implicações, enfraquece a crítica social, tornando mais difícil identificar e combater a opressão estruturada em torno das sexualidades e das identidades de gênero (Wittig, 2022, p. 22).

Wittig (2022) não busca retroceder ao criticar os movimentos de gênero; ao contrário, ela enfatiza que não é possível avançar sem compreender o que precisa ser superado. Sua luta política propõe desconstruir e até eliminar as categorias de sexo e gênero, assim como as que separam a raça. Não há mulher abaixo de um homem, submetida ao sistema e à sexualidade, se não houver uma categorização de homem e mulher e suas respectivas "diferenças naturais". Da mesma forma, não existem escravos sem um senhor para que os coloquem nessa posição.

A sublimação da sexualidade — ou a inversão do desejo — é legitimada por Freud (2011) no

contexto do mal-estar da civilização, onde a sexualidade pode ser compulsória ou não. Dizer que nem todo homossexual é compulsório seria um equívoco, uma vez que a regulamentação cultural e a hierarquia dominada pelo sexo masculino promovem uma predisposição heterossexual, posicionando-a como um fato anterior ou mais fundamental do que a própria lei. Se essa posição é endossada pela lei, a sociedade terá dificuldades em transcender essa realidade (Butler, 2003).

Freud (1930/2011) explora a tensão entre os instintos humanos e as exigências da sociedade, destacando como essa dinâmica gera um profundo mal-estar. Freud (1930/2011) argumenta que a civilização impõe restrições à sexualidade, levando à sublimação dos desejos, que são redirecionados para atividades socialmente aceitáveis. Essa sublimação pode resultar em conflitos internos, pois os indivíduos são compelidos a reprimir suas pulsões mais básicas em nome da conformidade social.

Essa repressão, segundo Santos (2014), é uma condição necessária para a convivência “pacífica” provocando angústia e insatisfação. Em seu contexto, a discussão sobre a heterossexualidade compulsória se torna evidente, pois a norma cultural que prioriza a sexualidade cisheteronormativa não apenas molda comportamentos, mas também sustenta estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a opressão. Assim, a análise freudiana oferece um pano de fundo importante para entender como as pressões sociais afetam a experiência individual e a liberdade sexual.

Tais pressões criam uma estrutura simbólica binária, que delimita os gêneros como masculino e feminino, buscando evitar a subversão da normatividade, impedindo o surgimento de uma estética que transcenda o binarismo. As predisposições sexuais são impulsos pré-discursivos, com significados que antecedem sua expressão na linguagem e cultura (Carvalho; Almeida, 2021). Wittig (2022), por sua vez, critica o conceito de gênero, afirmando que, embora desafie as diferenças sociais entre homens e mulheres, a desigualdade é sustentada pelas identidades de gênero heterossexuais, especialmente as masculinas. Essa norma naturaliza a dominação masculina e oculta as relações de opressão, ignorando suas dimensões políticas.

Da mesma forma, Rich (2012) identifica as categorias sexuais como os principais fatores de marginalização da existência LGBTQIAPN+, especialmente das lésbicas, argumentando que os relacionamentos lesboafetivos rompem contratos sociais velados e alimentam uma resistência a qualquer política opressiva e misógina. Ela, junto com Wittig (2022), corporificam que apenas as mulheres lésbicas podem realmente desafiar a normatividade e os papéis sociais, pois suas relações envolvem dois sujeitos frequentemente invisibilizados. "Homens gays, por exemplo, sempre se definiram como minoria e nunca questionaram, apesar de sua transgressão, a escolha dominante. É por isso que a cultura gay sempre teve um público razoavelmente amplo" (Wittig, 2022, p. 22).

Os movimentos dos homens gays como uma estratégia para garantir uma aceitação mínima de sua cultura, tanto por estarem inseridos no sexo dominante quanto por se ajustarem ao sistema (Wittig, 2022). A reivindicação de espaços pela comunidade LGBTQIAPN+ apresenta uma ruptura, funcionando como um “sintoma queer” que prejudica a resistência à heterossexualidade compulsória, que, por sua vez, estabelece claramente o topo da hierarquia. Rich (2012) descreve a heterossexualidade compulsória como uma imposição sociocultural que força os indivíduos a seguir as normas cisheteronormativas, argumentando que não se trata apenas de uma prescrição, mas de uma opressão que resulta em adoecimento.

“Não adianta termos uma consciência da opressão e apenas lutarmos contra ela, é necessário também uma reavaliação conceitual do mundo social, a total reorganização dos seus conceitos, sobretudo em um trabalho através da linguagem”. (Wittig, 2022, p.14).

Wittig (2022) critica a postura dos homens gays diante das dinâmicas do capitalismo, que objetifica o corpo, o sexo e o gênero. Ela observa que, muitas vezes, esses sujeitos acabam reproduzindo os mesmos valores normativos do sistema heterossexual, como o culto ao corpo, o consumo do sexo e a hierarquização de papéis de gênero, mesmo fora da heterossexualidade. Ela destaca a importância de reconhecer os

danos causados por esse sistema social como uma forma de resistência sociopolítica. A desconstrução das identidades impostas é crucial para que possamos nos afirmar como sujeitos autênticos, livres das limitações das normas que nos subjagam.

A Naturalização do Sexo e as Performances Sexuais: Relações com a Cisheterossexualidade

A heterossexualidade compulsória surgiu como consequência de uma ideia abstrata de que existe um pacto que nos une a um elo social, constituindo-nos como indivíduos heterossexuais (Wittig, 2022). Nesse processo, o natural/biológico é normatizado, obscurecendo a compreensão de que ser heterossexual é um fenômeno histórico e social intrínseco a construção das subjetividades. A relação obrigatória entre um homem e uma mulher, entendida como um princípio óbvio acabou se tornando uma interpretação totalizante ao longo da história, naturalizando a conduta sexual heterossexual em algo que precede qualquer realidade social.

A estandardização do sexo e do gênero enrijeceu essas categorias, refletindo diretamente nas performances de gênero, que, como destaca Oliveira (2019), são essenciais para a luta contra a heterossexualidade compulsória. As performances de gênero referem-se à maneira como a identidade e a expressão do indivíduo são moldadas, e constroem socialmente categorias de homem e mulher.

Ao desafiar as imposições cisheteropatriarcais que limitam suas ações, os sujeitos podem subverter as normas opressivas que os definem. Quando essa subversão ocorre, as estruturas políticas que sustentam o sistema cisheteronormativo perdem sua eficácia, permitindo que a expressão pessoal se torne uma forma de afirmação da identidade, indo além das classificações sexuais rigidamente impostas e naturalizadas pela sociedade.

Simone de Beauvoir (2019) também aborda essa dinâmica de construção e expressão do corpo, indo além da simples biologia, ao introduzir o conceito de "corpo como situação". Para a autora, o corpo não se reduz a uma realidade biológica ou inata, mas é uma configuração que abarca tanto a experiência subjetiva quanto a liberdade do indivíduo. Ela sustenta que o corpo se torna uma "situação" porque está inserido em contextos sociais, históricos e culturais, mas, ao mesmo tempo, é permeado pela capacidade do sujeito de interagir e responder ativamente a essas influências. Isso implica uma emancipação do discurso do Outro e a possibilidade de reconfigurar tanto o corpo quanto as identidades que nele se manifestam.

O corpo, portanto, não é apenas uma expressão externa, mas uma vivência situada, entrelaçada com a liberdade do sujeito, permitindo-lhe transformar ou adaptar-se às normas que o cercam (Urpia, 2020). Tal perspectiva amplia a compreensão de que a experiência humana não é rigidamente determinada apenas pelas características biológicas, bem como pelas normas impostas pelo sistema vigente. Assim, a mulher não é apenas o reflexo de seu corpo, mas também do que é imposto externamente a ela. O corpo adquire significados a partir da forma como a mulher exerce sua liberdade dentro dessas condições, e é esse exercício da liberdade que define sua identidade e sua experiência vivida.

Tal corporeidade é reconhecida por meio do posicionamento da comunidade LGBTQIAPN+ com a estrutura opressiva dominante (Rich, 2012). Ao desafiar as imposições das políticas de controle por meio da performance de gênero, o sujeito se engaja em um ato de resistência que subverte a cisheterossexualidade compulsória. Esse sistema arbitrário só se mantém quando é amplamente imposto, organizado e perpetuado. Portanto, entender a cisheterossexualidade compulsória como um regime político, que responde a interesses capitalistas, proporciona ao sujeito à capacidade de formar sua própria identidade, transgredindo as limitações das categorias históricas e sociais rígidas e reconfigurando a expressão do "eu" de maneira mais autêntica.

A espontaneidade das performances de gênero funciona como uma linguagem subversiva e desviante (Fortes, 2020). Essas performances não são apenas uma expressão da identidade do sujeito, mas se configuram como atos de resistência política. Elas possibilitam que os indivíduos desafiem as imposições de uma cisheterossexualidade compulsória, quebrando as barreiras rígidas das categorias de

gênero e insurgindo as expectativas culturais. Nesse processo, as performances de gênero tornam-se um campo de oposição no qual os sujeitos podem reconfigurar suas identidades e afirmar uma liberdade que transcende as normas convencionais. Ao questionar as construções sociais do gênero, essas performances abrem espaço para que novas formas de identidade possam emergir.

No entanto, é fundamental destacar que grande parte da população ainda rejeita essas formas de expressão. Para a maioria, a cisgeneridade continua sendo vista como a única possibilidade aceitável. Dessa forma, a cisgeneridade é perpetuada para excluir a pluralidade, mantendo a rigidez das normas binárias e tradicionais, apoiadas por um sistema político e científico que reforça essa visão limitante. Nesse contexto, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta sérios impactos em sua saúde física e mental, sendo constantemente afetada por fatores econômicos e sociais, como o desemprego, a rejeição e a violência física e psicológica (Haddad, 2017).

Para mitigar os efeitos da violência estrutural sofrida há de se ter ações afirmativas que abordam a identidade como um fator crucial na inserção do indivíduo no contexto social, no mercado de trabalho e nas oportunidades em geral (Oliveira, 2019). Nesse sentido, quando a identidade do sujeito é moldada de acordo com normas preestabelecidas, o sistema a transforma em um personagem dentro de uma política que não se preocupa com os danos causados por essa conformidade. A adaptação do sujeito às exigências do sistema é o que o coloca dentro das estruturas sociais e da moralidade vigente. Por outro lado, ao renunciar à sua autenticidade, o indivíduo se torna cúmplice das consequências e sofrimentos resultantes dessa submissão.

Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, propõe que as mulheres não nascem mulheres, mas se tornam mulheres através de uma construção social. Essa construção é formada por uma série de fatores que, desde o nascimento, as condicionam a se formular de acordo com o contexto histórico e social que as cerca. Monique Wittig, por sua vez, em *O Pensamento Hétero*, trabalha a ideia de que as mulheres são produtos de uma relação social, um mito que só existe como classe para ser submissa aos homens. Wittig afirma que, se não existissem as categorias "homem" e "mulher", não seria necessário lutar por direitos (Beauvoir, 2019; Wittig, 2022).

Butler, em *Problemas de Gênero*, aborda a análise de como o sexo define antecipadamente as possibilidades de configuração de gênero na cultura, embora nem todas as possibilidades sejam facultadas. As fronteiras analíticas já indicam os limites dessa experiência. Tais limites, baseados nos discursos culturais hegemônicos, formam estruturas binárias que tornam a linguagem, seja ela corporal ou não, dependente de uma racionalidade universal. O discurso se torna tão enraizado que não há espaço para contradição (Butler, 2003).

Dessa forma, a coerção já é estabelecida antes mesmo da ação, e esse domínio é apresentado como um fator natural da hierarquia de gênero. Isso resulta em uma binaridade compulsória e exaustiva, que visa à inclusão e o pertencimento nas diretrizes sociais estipuladas pelo sistema. Ferreira (2023) discute como o pensamento patriarcal doentio funciona, onde qualquer ato é aceito, desde que não envolva uma ação de gênero distinta do que foi considerado "correto". A cisheterossexualidade ou binaridade compulsória mantém o sujeito na posição de "doente" quando age contra seu desejo e direito à liberdade.

A cisheterossexualidade compulsória, vista como uma naturalização política que sustenta a submissão ao sujeito masculino e cria uma pirâmide de gênero, é uma das principais causas das agressões e dos controles psicológicos, que vão desde danos à psique até atentados físicos contra pessoas *queer*. Ao compreender a necessidade básica do sujeito de viver em um sistema no qual dinheiro e poder são requisitos essenciais, é preciso ponderar o que vale a pena ter e o que vale a pena perder (Ferreira, 2023).

Portanto, é mais vantajoso estar inserido nesse sistema, apesar de sua natureza opressiva, do que viver à margem, na miséria econômica e afetiva. Para Lacan, "cada indivíduo é realmente um proletário", ou seja, o desviante é levado a ter relações sociais mercadológicas do que laços sociais intersubjetivos. Desta forma, sem recursos para questionar ou lutar, ele é levado pela massa a seguir o que é imposto, o que facilita o controle, mesmo que o indivíduo esteja adoecido e insatisfeito com sua condição (Alberti,

2011).

As ações compulsórias não afetam apenas o corpo, assim como os aspectos sociais e afetivos que constituem o sujeito em suas relações interpessoais. Tais ações comprometem sua estabilidade emocional, sua trajetória no trabalho, sua vida pessoal e sua aceitação de si mesmo, resultando em conflitos constantes, tanto familiares quanto sociais, e no isolamento.

Compreender a existência do regime político e da hierarquia de gênero é um passo importante, mas não é suficiente para erradicar as consequências dessas estruturas. Pelo contrário, o conhecimento pode até agravar a dor e o sofrimento causados por essas imposições. Embora o sujeito não se liberte das marcas dessa estrutura histórica e social, ele pode, ainda assim, resistir e lutar contra as categorias que o aprisionam dentro dela.

Considerações finais

Em conclusão, a análise das dinâmicas de gênero e da cisheterossexualidade compulsória revela como a construção das categorias sexuais – e a hierarquia entre o dominante e o dominado – é uma estratégia política essencial para manter as estruturas opressoras que regem a sociedade. Como Wittig (2022) destaca, a naturalização da cisheterossexualidade serve como um mecanismo de segregação e controle, tão enraizado que passa a ser considerado anterior e independente de qualquer reflexão crítica ou abordagem científica. A divisão sexual entre o masculino e o feminino, instituída como um dado biológico e social cria um separatismo excludente que perpetua desigualdades e marginalização, tornando difícil questionar um sistema que se apresenta como "natural".

No entanto, como já exposto ao longo deste texto, entender essa prática compulsória, presente nas relações sociais e nas instituições, não é suficiente para erradicar as consequências de uma história marcada pela hierarquia de gênero. A aceitação das categorias sexuais como pré-existentes e naturais dificulta a visão crítica da realidade, pois ela se torna quase invisível diante da imensa legitimidade que a norma detém. A luta, portanto, não pode ser uma simples tentativa de substituir uma categoria por outra ou de alterar nomes, mas deve ser uma verdadeira transformação das condições que configuram os sujeitos em suas identidades, buscando a emancipação do sujeito fora das amarras impostas pela normatividade heterossexual.

O caminho para a mudança, como nos ensina Beauvoir, Wittig e outras autoras fundamentais, passa pela desestabilização do sistema heteronormativo, promovendo intervenções coletivas e processos de conscientização social. Somente ao recusar o contrato social que a heterossexualidade compulsória impõe, ao contestar a ideia de que há um "status quo" natural, será possível construir novas perspectivas emancipatórias. Essas transformações exigem mais do que um ajuste no discurso; demandam um movimento social e cultural contínuo que rompa com as convenções vigentes. Enquanto não houver uma revolta coletiva e uma luta ativa contra as normas dominantes, as estruturas de opressão continuarão a se reproduzir, mantendo suas vítimas em um ciclo de marginalização. O desafio, portanto, é estratégico: combater o sistema cisheteronormativo em sua totalidade através das performances fluídas de gênero, o brincar e a emancipação do discurso do Outro, possibilitando, assim, a criação de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

Conflitos de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse potencial com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Referências

- ALBERTI, Sonia. Sintoma e Política. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 285-309, mar. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518... Acesso em: 13 fev. 2024.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BONIN, Iara Teresinha. Relação dialógica e construção do conhecimento: a constituição do sujeito na prática pedagógica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 18, n. 3, p. 11-17, 2001.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Relatos de Foucault sobre o complexo de Édipo. In: BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 95-120.
- CARVALHO, Thiago Henrique de Almeida; ARAÚJO, David Ferreira de. A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo à luz do pensamento de Judith Butler. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 34, p. 151-172, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/33586>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CHRISTOFOLETTI DA SILVA GABRIEL, Laura. O brincar e a subjetividade: uma análise da hierarquia e do binarismo na diferença sexual. **Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 177-190, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rcgt/article/view/14357>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- DIAS, C. A.; CHAVES, E. M. S.; NETO, M. P. C. O corpo da criança: diálogos com Foucault, Lacan e a teoria queer sobre infância e sexualidade. **Revista do NUFEN: Fenomenologia e Interdisciplinaridade**, Belém, v. 9, n. 3, p. 104-123, 2017. DOI: 10.30825/2175-2591.V9I3ID767. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175... Acesso em: 2 dez. 2023.
- FERREIRA, Daniel de Faria. A dor de existir: sofrimento psíquico, saúde mental e comunidade LGBTQIAPN+. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e258838, 2023. DOI: 10.1590/1982-3703003258838. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/tK9rF5w897c7Q6G7rD7x7yQ/>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- FERREIRA-LEMOS, Priscila. A histeria coletiva no mal-estar contemporâneo. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 18, n. 4, p. 1292-1308, dez. 2018.
- FERREIRA-LEMOS, Priscila. A importância da histeria para o feminino e o laço social. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 11, n. 4, p. 1187-1215, dez. 2011.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade III: O Cuidado de Si. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 23-113. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21). (Obra original publicada em 1930).
- LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 807-849. (Obra original publicada em 1988).
- LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e a questão de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 16-24, 2006. DOI: 10.1590/S0102-71822006000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v3GgD7J8T8c7D7B7x7H8d7Q/>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- OAKLEY, Ann. Gênero, sexo e sociedade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 22-41, 2017. DOI: 10.20336/rbs.v5i11.39. Disponível em: <https://revistabrasileiradesociologia.org/index.php/rbs/article/view/39>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Ana Claudia Moreira de. A identidade em construção: gênero, raça e classe. **Revista Interações**, Campo

Grande, v. 20, n. 3, p. 741-753, 2019. DOI: 10.20435/inter.v20i3.2201. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i3.2201>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ORTEGOSA AGGIO, Juliana. Por uma sexualidade livre à luz de Foucault. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 52, p. 115-141, 2020. DOI: 10.21680/1983-2109.2020v27n52iD19233. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/19233>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ROIZ, Diogo da Silva. A história das relações de gênero, histórias em construção. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 3, p. 1012-1013, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300021>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTOS, Lucas Lima dos. A crítica da heterossexualidade compulsória e suas implicações para a psicanálise: revisitando as contribuições de Judith Butler. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 58, n. 1, p. 1-20, 2024.

SANTOS, Lucas Lima dos. Psicologia Social Contemporânea. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 14, n. 4, p. 1215-1240, 2014.

SANTOS, Lucas Lima dos. Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 3, p. 405-414, jul./set. 2014.

SANTOS, Lucas Lima dos. O futuro do gênero e a teoria queer. **Revista Interações: Cultura e Comunidade**, v. 17, n. 2, p. 257-270, mai./ago. 2022.

SOARES, Maria da Conceição; MUNIZ, João Paulo de Souza. Violência e vulnerabilidade: um estudo sobre a população LGBTQIAPN+ no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. 1-15, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n354899. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/v8P6d7M7Q6G7c7P7C7x8d7Q/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

URPIA, Luciana. A construção social do gênero e o feminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n148991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H8G7D7J7H7T8x7R7S7z8d7Q/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WITTIG, Monique. O pensamento hétero. Tradução de Suzana Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.